



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 232

**TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO CONTEMPORÂNEO.
O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS**

Josep Pont Vidal

Belém, Maio de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 232

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO CONTEMPORÂNEO. O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS

Josep Pont Vidal

Resumo:

Este escrito tem um duplo como objetivo. O primeiro é expor a evolução e analisar as mudanças e a reestruturação do Estado contemporâneo basicamente nas democracias ocidentais. O segundo, analisar como estas mudanças afetam a configuração das Políticas Sociais.

O primeiro, pretende realizar este exercício de forma comparativa, limitando-se entre alguns países europeus e o Brasil a partir do nível analítico. Analisa-se o Estado de bem-estar, existindo importantes diferenças quanto a sua gênese, concepção, e reestruturação. O segundo objetivo, trata de analisar como as mudanças e reestruturação dos Estados afetam a concepção das Políticas Sociais, a partir do eixo de análise centrada na mercantilização e desmercantilização das políticas sociais. Com este trabalho se pretende contribuir a uma melhor compreensão da reforma e reestruturação do Estado de bem-estar e seus condicionantes atuais.

Palavras-chave: Estado contemporâneo. Políticas públicas e sociais.

INTRODUÇÃO

Os estados das democracias ocidentais experimentaram importantes transformações nas últimas décadas, manifestando-se na crise e posterior reestruturação do denominado estado de bem-estar. A maioria dos países industrializados estão submetidos a profundas e continuadas mudanças no mercado de trabalho, na estrutura social e na prestação de serviços, induzindo a necessidade de desenvolver novos marcos analíticos para o estudo das políticas sociais.

Nos últimos anos o papel do Estado, perfila-se para um tipo de “Estado de bem-estar de dimensão público-privada” (RODRÍGUEZ-CABRERO, 2003), que em determinados campos, de forma especial à área da sanidade se dirige para um “Público-privado-mix”¹ (GOLDSMITH, GLADSTONE, 2005). Trata-se de um estado em retrocesso, no que a iniciativa privada assume funções anteriormente reservadas ao Estado. Esta crise, aliada a um conjunto de fenômenos como a transformação da estrutura social, e estrutura produtiva, a crescente violência doméstica e escolar, ou desemprego estrutural, ou a violência generalizada e juvenil, conduz, como alguns teóricos afirmam, a um processo de desintegração social.

Devido à escassez dos meios econômicos e recursos para tentar resolver estes problemas, e como causa da profunda divisão social de classes existente, estes fenômenos se agravam nos denominados Países do Desenvolvimento Médio (PDM), ou “Países de economias emergentes” (segundo a classificação do PNUD).

Começarei este artigo com a reestruturação do Estado das democracias ocidentais. A crise e reestruturação do Estado nestas democracias, iniciam-se durante a década dos anos oitenta, e a começo dos noventa, nas novas democracias européias da Espanha, Grécia e Portugal. Esta reestruturação motivada por uma crise do modelo de Estado do bem-estar, tendo lugar a um nível externo e a um nível interno. De uma perspectiva política e social externa, diversos fatores incidem nesta reestruturação. Roberto Ávalos (1994) indica quatro aspectos: o triunfo do neoliberalismo, a queda dos regimes comunistas, as experiências de ajustes estruturais e a ascensão dos movimentos democráticos. Destes aspectos, que nos interessa neste contexto de análise, é o que faz referência aos ajustes estruturais. A partir de uma perspectiva endógena, quer dizer, provocada pelas próprias mudanças das sociedades, aparecem fenômenos que afetam a estrutura das sociedades como: no mercado de trabalho e nas relações industriais, em à estrutura social e na estrutura ocupacional, na desigualdade entre homens e mulheres, demográficos, e da forma e concepção da família, por citar tão solo os mais evidentes.

¹ A gestão público-privada se introduziu na gestão urbana desde a década de 1990.

O conjunto de fenômenos incidem em um aumento da complexidade das sociedades. As atividades produtivas e o setor primário das economias seguem sendo essenciais, mas trocaram algumas condicione. Neste processo de reestruturação do papel do Estado, a sociedade civil intervém cada vez em maior freqüência na oferta de serviços públicos, e em consequência na Governanza, de tal forma que o Estado “pediu seu antigo monopólio do espaço público” (ÀVALOS, 1994:51).

A grande quantidade de mudanças detectadas nos últimos anos no Estado de Bem-estar, induz a dificuldade de encontrar uma definição universal das transformações e das reformas, mas tratando-se de comparar diversos países da Europa e Brasil. Estas mudanças induzem a expor questões mas profundas tais como: 1) questionar a noção dos ajustes levados a cabo; 2) analisar com maior profundidade e identificar o conceito de reforma do Estado de bem-estar, com os ajustes econômicos e os recortes das prestações do Estado; 3) sugerem a necessidade de procurar novos indicadores diferentes aos simples e tradicionais do gasto público por parte do Estado; 4) a necessidade de desenvolver definições de reforma para cada política específica.

As mudanças estruturais incidem no peso específico e o papel dos diversos setores da economia. O setor de serviços experimentou um crescimento enorme. Basta comparar os gastos de saúde na maioria de países, alcançando nos Estados Unidos 14 por cento do total do PIB. No Brasil, o problema se agrava, já que enquanto o sistema de saúde já alcança um volume de R\$ 48 mil milhões (dados do ano, 2006), seguindo outros não menos consideráveis como a educação, os recursos destinados às pensões e o desemprego, no mesmo ano, a previdência social tem um déficit de R\$ 77 mil milhões. Trata-se de uma situação insustentável, posto que, por diversas causas, somente cotizam regularmente ao INSS, 31 milhões de trabalhadores, enquanto que 45 milhões de trabalhadores não realizam um pagamento contributivo aos recursos da previdência do estado. Estes trabalhadores, no momento da sua aposentadoria, necessitassem além de um salário mínimo para viver dignamente na velhice, de um sistema de saúde eficiente e especializado.

Com a crise do modelo de Estado do bem-estar, este tipo de sociedades de capitalismo avançado estão a caminho de diferentes hipóteses: “Sociedade do bem-estar” (CASTIÑEIRA, 1995), “Sociedade dos dois terços” (TOURAINÉ). Em um plano de interpretação sociológica, os cientistas sociais e peritos diagnosticam que as democracias ocidentais se dirigem para uma

“Sociedade de serviços”, (GEISSLER, 1992), “Sociedade do lazer”, ou inclusive, “Sociedade das sensações” (SCHULZE, 1992)².

Os países da América Latina não se encontram fora dessas mudanças, embora os experimentam de forma e intensidade diferente. Depois de uma ascensão de movimentos e regimes democráticos durante a década dos anos 80, e de profundas mudanças em suas respectivas economias, tem também lugar uma profunda reestruturação dos respectivos estados. No plano econômico, estes assumem de forma impositiva o ditado das instituições internacionais e nacionais o modelo econômico neoliberal, embora com resultados nos aspectos sociais desiguais, de tal forma que se referindo aos anos 90, alguns analistas falam da década perdida.

Não obstante, o problema de fundo das sociedades latino-americanas, e brasileira, continua sendo a profunda divisão existente entre as classes sociais, divisão que se manifesta não tão solo nos aspectos econômicos, mas também culturais, educacional, de acesso as Novas Tecnologias da Comunicação, e de desfrute dos plenos direitos de cidadania. Rodolfo Stavenhagen, já formulou a existência desta dupla sociedade:

"Nos países latino-americanos existem de fato duas sociedades diferentes e até certo ponto independentes, embora necessariamente conectadas: umas sociedades arcaicas, tradicionais, agrárias, estancada ou retrocede; e uma sociedade moderna, urbanizada, industrializada, dinâmica, progressista e em desenvolvimento. A "sociedade arcaica" estaria caracterizada por relações de tipo essencialmente familiar e pessoal, por instituições tradicionais (o compadrio, certas formas de trabalho coletivo, certas formas de dominação personalista e de clientela política, etc.), por uma estratificação social rígida de status adstritos (quer dizer, em que a posição do indivíduo na escala social esta determinada do nascimento com poucas possibilidades de mudança durante sua vida), e por normas e valores que exaltam -ou quão menos aceitam- o *status quo*, as formas de vida tradicionais herdadas dos antepassados, e que

² O cientista social Gehard SCHULZE, toma como variável o aumento do nível de vida, o aumento do tempo livre, a expansão do setor formativo, e a dissolução dos modelos biográficos individuais. A partir de diferentes perspectivas, cientistas sociais se perguntam sobre as conseqüências dessas mudanzas nas pessoas, que determinam as relações, a personalidade, a mentalidade e os *milieux* sociais. Este processo influi na necessidade de programar-nos constantemente. A questão técnica: como consigo X? é substituída pela pergunta filosófica: o que quero?

constituem um obstáculo ao pensamento econômico "racional" (STAVENHAGEN, 1973:10).

No Brasil, como País do Desenvolvimento Médio, as políticas sociais basicamente não puderam reduzir a pobreza estrutural, além de aparecer questões-chaves para o desenvolvimento do Estado Social como são: a cidadania, os direitos sociais, e a exclusão social. A região Amazônica, como "Sociedade periférica em desenvolvimento e de modernidades inacabadas" (VIDAL, 2007), constitui um caso de estudo específico. Nesse sentido, aparecem questões centrais como: de que tipo de Estado se pode falar?, nos últimos anos, com a universalização das políticas sociais foram políticas emancipatórias, ou, pelo contrário, de políticas sociais que mantêm ou inclusive reforçam a exclusão social existente?, finalmente, na região Amazônica, como foram implementadas estas políticas sociais?.

Em um nível macro político, as mudanças geo-políticas internacionais, e econômicas influenciaram diretamente o estado brasileiro principalmente quanto a investimentos, aos ajustes e às privatizações. No nível interno, tem lugar um processo de privatizações dos serviços públicos, de forma similar como em outros países latino-americanos³ e nas democracias ocidentais. Esta reformulação e reestruturação do estado, coincidem com o processo constitutivo de aprovação da Constituição de 1988 e as amplas mobilizações de setores populares, cidadãos, setores eclesiais e políticos que acompanharam o processo. A consequência imediata foram os ajustes estruturais que se manifestam em: 1) a abertura comercial, 2) o saneamento das finanças públicas 3) a reestruturação do setor paraestatal. Neste último setor se produz a partir de quatro estratégias diferentes: a transferência, a liquidação, a fusão de empresas, e a venda direta.

1. GÊNESE E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

Como precursor da ideia do Estado social se encontra o cientista alemão Lorenz von Stein quem, em meados do século XIX, escrevia que tinha terminado a época das revoluções e das reformas políticas, para começar a época das reformas sociais. Em sua análise sobre a gênese do Estado, parte dos supostos hegelianos da diferenciação entre o Estado e a sociedade. Seguindo a Hegel, o Estado tende ao desenvolvimento superior e livre da personalidade dos

³ Somente no México, em 1982, representou a venda de 1.150 empresas estatais, e 217 em 1992. Casos similares ocorreram nos países europeus. Na Espanha, privatizaram setores estratégicos como as telecomunicações, o setor de minero-metalurgia, transporte marítimo, estradas, entre outros. Na França, a privatização alcançou inclusive penitenciárias estatais.

indivíduos, enquanto que a sociedade tende a dependência e a miséria física e moral do indivíduo como consequência das relações de propriedade, as dominações dos bens de produção, transformando-se na dominação de umas pessoas sobre as outras e, em definitiva, a dominação estratificada em classes sociais. A situação que gera o capitalismo é contraditória com a própria idéia do Estado, por dois aspectos:

- Em primeiro lugar, porque que o Estado precisa para sua manutenção da fortaleza material e moral dos cidadãos, sendo portanto contraditório com a miséria econômica de uma grande parte da população e do proletariado industrial. Segundo Anisi, o Estado benfeitor surge por questões morais (ANISI, 1998:38). A moral religiosa cristã, católica e protestante, junto com a herança feudal da responsabilidade do capitalista frente aos sofrimentos do indigente, e o medo do mercado ao que podia acontecer confluíram para instaurar uma caridade laica e geral que foi a base do estado benfeitor.
- Em segundo lugar, com a pauperização de uma grande parte da população, o Estado pode ver-se ameaçado em sua estabilidade, posto que o conflito social e as revoluções sociais e políticas aparecem quando uma grande parte da população começa a ter acesso a cultura, e com isso adquirir consciência de classe oprimida.

Como consequência, o Estado se vê na necessidade histórica –não somente ética- de intervir diretamente para paliar estes desajustes, ao ver-se confrontado com a alternativa entre revolução e conflitividade sociais ou reformas sociais e desenvolve políticas sociais, posto que finalmente tem a capacidade político-administrativa para as impor. As formas políticas que adquirirá o Estado são duas: a) a democracia social, caracterizada pelo sufrágio universal, que administrativamente se orientará a neutralização das desigualdades sociais mediante políticas sociais dirigidas as classes com menos recursos, b) a monarquia social, -segundo Lorenz von Stein- como poder sustentado sobre se mesmo e aos interesses objetivos do Estado. Esta forma de governo tem maior capacidade potencial para estar por cima dos interesses particulares das diferentes classes sociais. Para levar a término as reformas sociais, o Estado terá que contar com o apoio da população, não só das classes economicamente mais débeis e mais desfavorecidas, mas também da sociedade em seu conjunto posto que o princípio da sociedade é o interesse comum.

O pensamento socialdemocrata tem um papel importante no Estado social. As teorias clássicas marxistas e neo-marxistas, partem da premissa de que o Estado é um instrumento da dominação de classes para a manutenção de privilégios; também é certo que o Estado constitui uma instituição que sob a pressão dos partidos social-democratas pode conseguir

constantes melhoras para as classes mas desfavorecidas e a classe trabalhadora. Os partidos e as correntes políticas social-democratas mostraram sempre um interesse em um Estado forte e eficaz, que se amplia e cresce à medida que se moderniza a sociedade. A ação política destes partidos não se dirige contra o estado burguês, mas sim: “a luta não é, portanto, contra o Estado, a não ser contra determinadas modalidades e conteúdos do Estado” (GARCÍA PELAYO, 1986:16-17). Para isso será necessário que o Estado cumpra uma série de condições, sendo uma delas “a democracia social”. A democracia burguesa, tem dois momentos: o político e o social. O político, apoiado na plena realização dos valores de liberdade e igualdade, é uma condição básica para conseguir o segundo, quer dizer, o social. A finais do século XIX, em países como a Alemanha e a Grã-Bretanha, as políticas sociais do Estado tomam duas formas diferentes. Por um lado, a defesa social com o que se trata de defender a sociedade contra o risco de conduta de certas pessoas tais como a indigência, o delito e o crime. As correspondentes políticas assistenciais e penais lutam contra a periculosidade atribuída a estes coletivos. A segunda forma trata de defender A os indivíduos dos prejuízos provocados pela sociedade como conseqüência da divisão do trabalho. Com o desenvolvimento do capitalismo e a extensão e aprofundamento da divisão do trabalho desaparece também as redes de amparo que os indivíduos tinham desenvolvido. A nova sociedade capitalista emergente quebra os laços que unem ao indivíduo com a comunidade e abre novos laços do indivíduo com o Estado nação o que abre um processo que culminará com o Estado social⁴ e as políticas de solidariedade institucional.

No Brasil, são numerosos os estudos que descrevem e analisam a origem da questão social (CERQUEIRA FILHO, 1982). A questão social se constitui como uma “questão de políticas específica do estado na regulação entre capital e trabalho” (COHN, 2004) a partir de 1930⁵. Entretanto, até 1930 a questão social receberá por parte do estado um trato policial-repressivo. A diferencia das associações de trabalhadores em alguns países os países europeus, a classe operária se encontra ainda em uma fase inicial de organização, centrando-se tão solo em algumas cidades e regiões metropolitanas, especialmente das cidades do São Paulo e o porto de Santos. Neste sentido, Barroso do Castro (2005), referindo-se ao papel da classe operária

⁴ A idéia do Estado social se constitucionaliza pela primera vez na República Federal Alemã no ano em 1949, pela Lei Fundamental, ao definir na Constituição seu artículo 20 como: “um Estado federal, democrático e social”, no artigo 28 como um “Estado democrático y social de Derecho”. Na Espanha, a Constituição de 1978 estabelece em seu artigo 01, que: “España se constituye en un Estado social y democrático de Derecho”.

⁵ A questão social surge em 1930, associada não apenas aos problemas sociais, mas também como reconhecimento e resposta das classes dominantes às nascentes formas de organização e às reivindicações e lutas do movimento operário. Institui-se no âmbito estatal através de uma série de medidas como a proteção no trabalho, a lei de 8 horas, a igualdade de salário para os trabalhadores de ambos sexos, o trabalho das mulheres e dos menores, a nacionalização do trabalho, o direito a sindicatos de classes, os convênios coletivos.

organizada explica: “A incipiente classe operária não é reconhecida em função dos interesses econômicos da classe dominante da época –aristocracia rural – que giravam em torno do café como principal produto primário de exportação (...) Os chamados “coronéis” e “barões de café” tinham prerrogativas, devido a seu poder econômico, para desenvolverem suas próprias políticas de remuneração e controle de seus verdadeiros “exércitos privados de trabalhadores”.

Terá que esperar até a Constituição de 1988⁶ para a incorporação de dispositivos que “podem antes ser considerada” política pública que ordenamento constitucional (COUTO; ARANTES, s.f.)⁷. Estes dispositivos, entretanto, não conseguiram alcançar A importantes setores da população de tal forma que não se poderá falar de um Estado social, mas sim de umas “políticas fragmentadas de corte assistencialista” (YAZBEK, 1995).

2. ECONOMIA E ESTADO

Nos estados europeus e EUA, do final da Segunda Guerra Mundial se impulsionam e desenvolvem três elementos básicos do Estado de direito:

- A teoria econômica do Keynes (formulada em 1936), segundo a qual, era necessário chegar por métodos democráticos e sem uma alteração fundamental da economia capitalista, a uma drástica redução do desemprego, mediante um aumento dos salários das classes trabalhadoras e, em consequência, um aumento da capacidade aquisitiva da grande maioria da população que teria, como função, um aumento da produção, e por conseguinte um aumento da oferta de emprego. O Estado teria uma função de controle e orientação do processo econômico, mantendo e respeitando a propriedade privada do regime capitalista. A estas colocações básicas, terá que acrescentar, com especial intensidade nas duas últimas décadas do século XX, a capacidade de inovação da técnica e de aplicar imediatamente os conhecimentos básicos a aplicações práticas para o crescimento econômico.

⁶ No Brasil, Art. 1º A República Federativa do Brasil (...), “constitui-se em Estado Democrático de Direito”. Art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

⁷ COUTO, ARANTES, A Constitucionalização das Políticas no Brasil: Implicações para o processo de governo.

De uma perspectiva histórica David Anisi (1998:38) indica a necessidade de analisar o desenvolvimento do sistema capitalista e as crises econômicas cíclicas deste sistema econômico.

- A teoria econômica também se desenvolveu para transformar-se em políticas econômicas cujos efeitos sobre a estrutura social são imediatos. As esferas econômica, política e política social, tendem na prática a estar em constante conexão e inclusive a constituir “um tudo” (PELAYO, 1985:20), ou a constituir-se em “subsistemas de um sistema superior”. De uma perspectiva sistêmica, significa, que cada um dos subsistemas se encontra condicionado e influenciado pelos outros, de uma vez que influência e condiciona a outros.

- A função diretiva do Estado se ampliou a partir da denominada “tecnologia intelectual”, quer dizer, “pelo conhecimento dos métodos para definir a ação racional e para identificar os meios para levá-la a cabo” (BELL,1973). Entre os fatores concretos cabe destacar: a) o apoio da ciência e a técnica, b) o desenvolvimento vertiginoso das técnicas de controle, c) o desenvolvimento da teoria e da análise de sistemas, d) desenvolvimento da investigação ocupacional, e d) análise concreta em apoio a teoria dos jogos.

A partir dos pontos descritos, desprende-se o papel decisivo da democracia na configuração dos Estados de bem-estar. A condição para que a democracia representativa possa otimizar-se, ou que a democracia participativa seja posta em prática, e a existência da denominada democracia social⁸.

3. INTERAÇÃO ESTADO - SOCIEDADE

A interação entre o Estado e a sociedade tem seus caluniadores e seus defensores. Entre seus caluniadores se encontra a ordem política liberal, enquanto que seus defensores advogam por

⁸ Entendida como a qualidade de vida material. Estudos recentes avaliam a democracia social com um índice de vida material que inclui os seguintes aspectos: 1) nível de vida material; 2) saúde pública; 3) educação; 4) equidade; 5) progresso; 6) a situação da mulher. Dentro dessa última variável aparecem sub variáveis como: a equidade de gênero na educação, os direitos matrimoniais das mulheres, os direitos políticos das mulheres ou a sua posição profissional. Sim embargo, com as transformações dos Estados previdência, caminha-se para uma “crise da democracia social” (D.Cohen, 2001:395).

um Estado social. Da perspectiva liberal se realiza uma diferenciação entre Estado e sociedade:

- O Estado é concebido como uma organização racional estruturada, regida sob relações de subordinação. As leis, conjuntamente com a divisão de poderes, a organização burocrática e a diversificação do trabalho estatal, são a concreção da racionalidade. Os valores básicos são a garantia da liberdade, a garantia da convivência pacífica, da segurança e da propriedade privada. A execução dos serviços públicos se realiza sob regime de concessão.

- A sociedade é concebida como uma ordenação, quer dizer, como uma ordem espontânea dotada de racionalidade, embora não com uma racionalidade previamente projetada, mas sim de uma racionalidade imanente com uma solidez superior às intervenções artificiais, gerando, a sua vez, o melhor das ordens possíveis. Através da oferta e a demanda –no aspecto econômico- e que, além disso, da concorrência de opiniões, surge à verdade –aspecto intelectual. Esta racionalidade se manifesta com leis econômicas. A estrutura social é uma estrutura horizontal apoiada em relações competitivas a que se subordinam as outras classes.

Da perspectiva dos defensores do Estado social, mantém-se a idéia de que a sociedade deixada em grande medida aos mecanismos autoreguladores conduz a uma irracionalidade total e que somente umas técnicas estatais de caráter administrativo, econômico e de programação de decisões podem rebater os efeitos disfuncionais.

Por conseguinte, o Estado não pode, de forma passiva, manter uma ordem social imanente, nem atuar como um guardião dos possíveis momentos de crise ou "distúrbios" (PELAYO, 1985:23), mas sim, pelo contrário, tem que ser o regulador decisivo do sistema social tendo como missão a tarefa de estruturar a sociedade através de medidas corretoras diretas e indiretas. H.P.Ipsen (1972) define: "o Estado social significa a disposição e a responsabilidade, a atribuição e a competência do Estado para a estruturação da ordem social". Ipsen dá uma conotação de ordem social, ficando, entretanto, por delimitar, a capacidade para administrar esta ordem social. Em definitiva, a gestão da ordem social por parte do Estado social tem como finalidades:

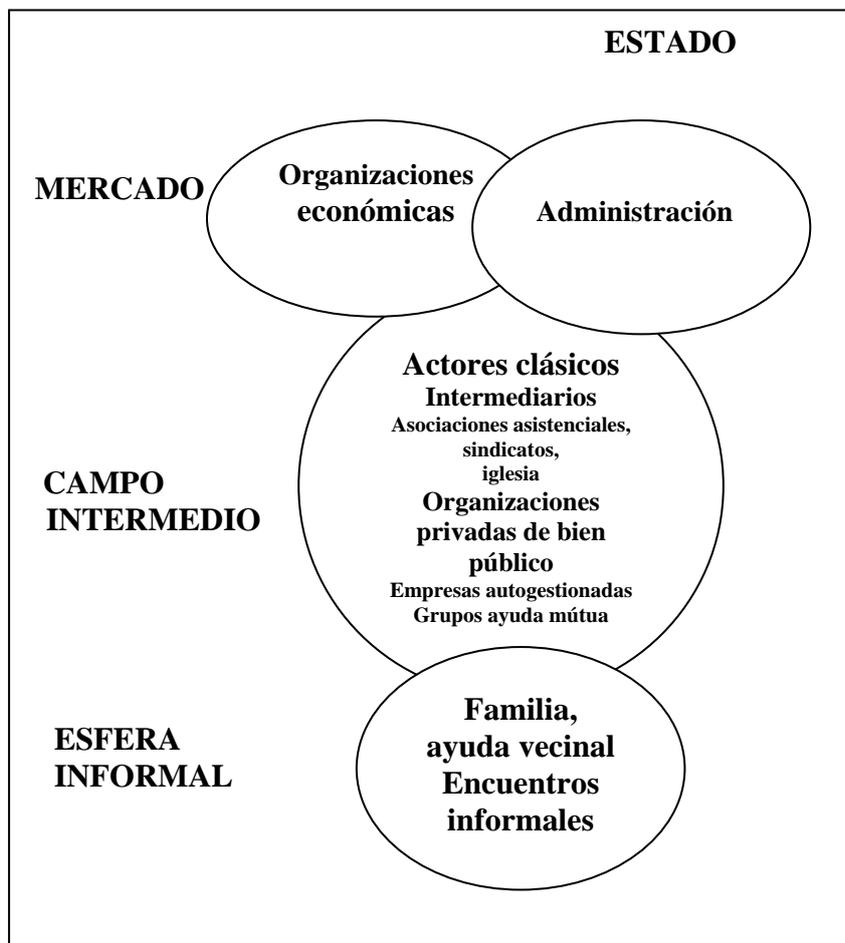
- a) Assegurar os fundamentos básicos do *status quo* econômico e social adaptando-o as exigências do tempo atual e excluindo constantemente os possíveis "distúrbios" e

alterações que aparecem para o bom funcionamento do Estado social. A última finalidade é a defesa dos interesses do sistema capitalista de produção.

b) Não significa uma correção superficial à não ser profunda e sistemática do *status quo*, com efeitos acumulativos, conduzindo a uma estrutura e estratificação social novas. Alguns autores defendem que se dirige Ao que denominam “socialismo democrático” (HARTWICH, 1970).

O eixo central aparece em torno da dialética entre o denominado público e o privado. David Anisi realiza, neste sentido, uma matização. Segundo Anisi (1998:58), uma coisa é, que o Estado se responsabilize da provisão de bens públicos, e outra, muito distinta, que necessariamente tenha que ser responsável da produção desses bens. O mercado nunca reagirá a uma necessidade pública, como tampouco reagirá a uma necessidade privada que não venha respaldada pelos investimentos privados (o dinheiro). As organizações de intermediação podem conseguir canalizar para o mercado esse tipo de necessidades provenientes da necessidade pública. Os estados atuais, têm proposto a redução de impostos e salários como algo conveniente para todos, posto que com uns maiores benefícios destinados ao investimento privado, promove-se –em teoria- o crescimento futuro da economia. Neste setor, não somente se criarão mas posto de trabalho, mas sim além com uma maior riqueza criada, os salários poderão ser conseqüentemente maiores. Por parte dos trabalhadores e de suas associações, estes argumentam, que uns salários maiores, à custa de reduzir imposto significa uma maior demanda de produtos, o que constitui um incentivo para a produção.

Figura 1. Actores de la producción de bienestar



Do anteriormente exposto, depende-se o papel decisivo da democracia e a plena cidadania na configuração do estado social. No Brasil, o aprofundamento da democracia tem profundas raízes históricas, contraditórias em muitos aspectos. Sergio Buarque da Holanda, e o professor Fabio Konder⁹ afirmam ao respeito:

⁹ *Folha de São Paulo*, 5 agosto de 2005.

“A democracia no Brasil sempre foi um lamentável mal-entendido”. Ela foi importada e aqui acomodada aos tradicionais privilégios das classes dominantes como mera fachada ou decoração externa para exibir perante as nações ditas civilizadas, de acordo com o velho complexo colonial, o grau avançado de nossa cultura política”

O funcionamento democrático tal e como o entendemos neste contexto, trata-se de uma democracia para os indivíduos de uns “determinados níveis de vida e de formação”. No Brasil, esta “imoralidade” se manifesta, em uma profunda exclusão social, que apenas se atenua - econômica e inclusive política que afeta quase a metade do total dos cidadãos do país. O desenvolvimento das instituições democráticas, continua sendo um tema pendente no país, especialmente quando nos referimos à extensa região Amazônica. O sociólogo Pedro Albuquerque¹⁰ afirma:

“Nos pensamos a política para os organizados, a classe operária, e a pequena burguesia. E os marginalizados?. Estão sem patrão, sem emprego e sem partido. As associações de moradores são meros balcões de projetos governamentais, inclusive as centrais sindicais. A questão é como assegurar os mecanismos de participação que nós construímos. A nossa realidade mostra que há uma gama enorme, desorganizada, que é a grande maioria. O desafio é como trabalhar essa questão no campo político. Nos pensamos a participação para os iguais. Esquecemos a participação para os desiguais”.

4. O ESTADO DO BEM-ESTAR

O conceito de Estado de bem-estar se utilizou em numerosas ocasiões e países com contextos diferentes e distintos graus de desenvolvimento, extensão e prestações. Analisaremos, em primeiro lugar, em que premissas teóricas se apóiam.

O conceito de *Welfare State* se refere a uma dimensão da política estatal, sendo um conceito mensurável em função da distribuição das cifras de orçamento destinadas à prestação de serviços sociais e, como indica Garcia Pelayo (1986), a um aspecto da ação do Estado, e alguns autores assinalam, não exclusiva de nosso tempo. A modalidade da forma em que se desenvolveram estes tipos de Estado foi designada com nomes diferentes *Welfare State*,

¹⁰ *O Povo*. Terça-feira, 18 de maio de 2004. Fortaleza

“Estado de bem-estar”, “Estado social” ou, inclusive “Estado social-democrata” (BOUDING, 1953:179), matizando este último, que não se refere a um vínculo especial com a social-democracia como partido político, mas sim como um tipo de Estado oposto ao totalitarismo e que procura basicamente o bem-estar de sua população¹¹.

define-se o conceito de Estado social, como a ordem constitucional de relações entre a sociedade, os cidadãos e o Estado, que já não confia a formação da ordem social, econômico e cultural da comunidade solo as forças sociais, mas sim, para o estabelecimento da segurança social e a justiça, prevê uma intervenção nos órgãos e instituições estatais. Entretanto, em ambas as definições aparecem aspectos que é necessário matizar.

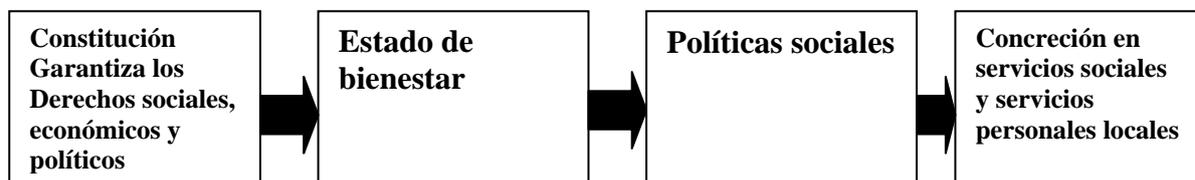
Em primeiro lugar, quando referimos aos valores socioculturais, vemos que a evolução de um Estado providência amplo se apóia em uns motivos humanitários mas, a sua vez, também comporta que possa diminuir o potencial de iniciativa, responsabilidade própria e auto ajuda dos cidadãos, assim como segundo alguns autores apontam as redes familiares de vizinhança e, finalmente, segundo alguns economistas a força econômica.

Em segundo lugar, quando nos referimos ao Estado social aparecem problemas derivados do significado de “social” posto que ideologicamente e historicamente é diferente em cada sociedade e país. Em nível geral, entende-se por “social” o poder do Estado nas atividades de formação social, quer dizer, nas atividades que têm o objetivo de conseguir a integração social, formado por medidas concretas pertencentes aos âmbitos econômico, financeiro, trabalhista, familiar, educativo e de moradia em geral.

A relação do Estado social com seus cidadãos nos leva a um campo de distintas interpretações apoiadas na consideração desta relação como um princípio jurídico que têm os indivíduos frente ao Estado e como um ponto de partida dos direitos do conjunto do Estado frente aos indivíduos.

Neste sentido, aparece a controvérsia sobre até que ponto uma ampliação das prestações do Estado social aumenta ou freia a iniciativa individual e a responsabilidade de cada cidadão. Com uns Estados de bem-estar amplos, em que os indivíduos aceitam passivamente as prestações estatais (por exemplo às prestações de desemprego), pode acontecer que estes as aceitem diminuindo sua predisposição para competir tornando-se cidadãos passivos e, em consequência, perdendo competitividade econômica o conjunto da sociedade, embora contribua notavelmente à manutenção da paz social e a estabilidade social.

¹¹ Como o Estado está influenciado pelos grupos de interesse fortemente organizados, denomina-se também como “Estado de partidos” ou inclusive no caso alemão, “Estado de Associações” (*Verbandestaat*).

Figura 2. Configuración de las políticas sociales

Na bibliografia especializada aparecem três enfoques diferenciados para sua análise:

Primeiro. O cientista social, Thernborn (1993) propõe é começar a analisar a transformação histórica das atividades do Estado. “Em um autentico Estado do bem estar pelo menos, a maioria das atividades rotineiras de cada dia devem estão dedicadas a atender as necessidades do bem-estar social de seus lares“ (THERNBORN, 1993:39). Se aceitarmos este critério, a maioria dos estados (anos 70) poderiam ser considerados como Estados de Bem-Estar.

Segundo. Por outro lado, Richard Titmuss (1988) mantém a diferenciação entre estados de bem-estar residuais e estados de bem-estar institucionais. Nos primeiros (residuais), o Estado assume a responsabilidade só quando falta à família ou o mercado, limita sua responsabilidade A grupos sociais marginados e necessitados. O segundo (institucionais), o Estado atende a toda a população, é universalista e abrange compromisso de amparo social. Para sua análise, focaliza os programas específicos de cada tipo de estado e as condições necessárias para o beneficiário. Toma como variáveis centrais, a qualidade dos subsídios e dos serviços, e até que ponto o emprego e a vida trabalhista são integrados na ampliação dos direitos de cidadania.

Terceiro. parte-se da seleção técnica dos critérios com os quais se julga os Estados de bem-estar. trata-se de um enfoque histórico, posto que logo que contempla em contexto. A medição dos Estados de bem-estar, realiza-se em relação a um modelo abstrato e classificando os programas concretos a totalidade dos programas do Estado.

5. A REFORMULAÇÃO DO ESTADO DE BEM-ESTAR

A reestruturação do Estado foi interpretada e analisada a partir de diversas perspectivas e sobre diferentes aspectos. Em um momento de reestruturação global, e de desafeição democráticas, alguns autores atribuem que é o Estado o causador desta situação, como: “responsável corta crise dou momento” (MENESES SILVA, 2005)¹². Da perspectiva da sociedade civil, outros autores analisam aspectos como o *empowerment*¹³, e a participação dos agentes sociais, em relação com o Estado, originários todos eles da Ciência Política.

Diversos estudos indicam as dimensões da mudança que estão experimentando as sociedades industriais da Europa ocidental, e que incidem na reformulação e crise do Estado de bem-estar¹⁴, perguntando-se se estes países se dirigem de um capitalismo pos-industrial para uma ordem pos-industrial (GIDDENS, 1992:689). Estas mudanças se podem constatar principalmente nos seguintes aspectos: mercado de trabalho, demográficos, econômicos, familiares. A um nível macro, Giddens (1992) indica as seguintes mudanças:

- Taxas de inovação tecnológica rápidas, acompanhadas o efeito da tecnologia da informação e microeletrônica.
- Erosão industrial manufatureira em economias ocidentais. Transferência A Oriente.
- Implicação sociedades industrializadas em conexões globais.
- Transições da esfera doméstica. Mudanças relações de gênero.
- Persistência divisões entre o Norte e Sul.
- Transfundo mundial de dedicado de equilíbrio de paz duradoura

Tabela 1. Indicadores de exclusión social y pobreza e Europa

¹² MENESES SILVA, Marco Antonio. “Quo vadis, estado moderno?”. In: *Universitas Relações Internacionais*, v.3 n. 1, p. 15-31, jan/jun. 2005.

¹³ VASCONCELOS, Eduardo Mourão “A proposta de *empowerment* e sua complexidade” In: *Serviço Social & Sociedade*, num. 65, ano XXII março 2001. Define: “aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão e domínio social”.

¹⁴ Jordi SANCHEZ (coord.) *Aproximació a les reformes de l'Estat del benestar*. Fundació Jaime Bofill, Barcelona, març 1996.

INDICADORES DE EXCLUSIÓN SOCIAL Y POBREZA EN EUROPA

En porcentajes

	Personas de 0-65 años que viven en hogares con desempleo (1)	Personas de 18-24 años con abandono escolar y sin cursar otra formación (1)	Personas en situación de desempleo de larga duración (2)	Esperanza de vida al nacer (3)	Personas en situación de riesgo de pobreza. Umbral del 50% (4)	Índice de Gini (5)
Alemania	13,8	12,5	2,6	77,8	6	25
Austria	9,9	10,2	0,4	78,4	6	26
Bélgica	16,5	13,6	2,2	77,7	7	29
Dinamarca	–	16,8	0,3	76,7	6	23
España	8,1	28,6	2,3	79,3	13	33
Finlandia	–	10,3	1,3	78,1	5	25
Francia	13,0	13,5	1,7	79,4	8	29
Grecia	10,5	16,5	3,1	78,1	14	34
Holanda	9,7	15,3	–	78,2	6	26
Irlanda	10,0	–	0,8	75,8	11	32
Italia	11,9	26,4	4,3	79,9	12	30
Luxemburgo	8,9	18,1	0,2	78,1	6	27
Portugal	5,0	45,2	0,8	77,0	13	36
Reino Unido	14,2	–	0,7	78,1	11	32
Suecia	–	10,5	–	79,8	5	23
EU-15	12,2	19,4	2	78,6	9	29

(1) Eurostat, LFS, primavera 2002.

(2) Eurostat, LFS, primavera 2002, promedios anuales del 2001 excepto Dinamarca y Luxemburgo (2000).

(3) Eurostat, Demography statistics, 2003. Datos del 2001 excepto Dinamarca (1999) y Bélgica, Luxemburgo y Austria (2000).

(4) Datos de 1999, Eurostat, ECHP-UDB, versión de diciembre de 2002.

(5) El índice de Gini es una medida de desigualdad social que trata de indicar hasta qué punto la distribución de los ingresos de los individuos de un país se aleja de una distribución perfectamente equitativa. Toma valores entre 0 y 100 donde 0 representa la igualdad perfecta y 100 la desigualdad perfecta.

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de EUROSTAT.

Fonte: Joan Subirats (dir.) Pobreza y exclusión social. Un análisis de la realidad española y europea. Colección Estudios Sociales, num. 16, Barcelona, La Caixa, 2004.

Como variáveis centrais que nos permitem medir quantitativamente estas mudanças aparecem:

a) O mercado de trabalho e relações industriais

Em um marco da globalização econômica mundial, amplamente exposto por diversos autores (CASTELLS, 1999; TORTOSA, 1992; CHESNAIS, F., DUMÉNIL, G., LÉVY, D., WALLERSTEIN, I. (2002; BECK, 1997), nos países de economias avançadas tem lugar uma transição das economias para um novos modelos de acumulação pos-fordista. Estes modelos se manifestam nos processos de terceirização e inclusive quatercerização das indústrias. Elementos centrais deste processo são a valoração do conhecimento e a informação como fatores produtivos, de tal forma que se formulou a hipótese de “Sociedade da informação”, e “Sociedade do conhecimento”. Este processo se manifesta na esfera do trabalho, aparecendo novos fenômenos, novos marcos e novas realidades:

- Ruptura do contrato social
- Abandono da premissa da plena ocupação
- Pressões para a flexibilização
- Falhas no suposto de crescimento-ocupação
- Segmentação qualitativa e quantitativa da demanda trabalhista

A emergência destes fenômenos erode as estruturas que configuraram o regime de regulação fordista (LASH e URRY, 1994). Marco ideológico gerado pelo modelo pos-fordista: regulação dos níveis de intervenção do estado na menor regulação do mercado de trabalho

b) Mudanças na estrutura social

desenvolveram-se duas dinâmicas na estrutura social¹⁵. Por um lado, um processo de resultado da expansão das classes média, com um conjunto de novas rupturas (de gênero, gerações, etc). Por outro lado, um processo de dualização que gerado pelo processo de transição do regime de ocupação, se expressa em uma desocupação de novo tipo. É maciça de larga duração e estrutural.

Baixo estas coordenadas, as pessoas em desemprego de larga duração e o conjunto de coletivos submetidos A relacione de desigualdade de base não classista, convertem-se em sujeitos vulneráveis A dinâmicas de exclusão social. (GIDDENS, 1979).

c) Mudanças na estrutura ocupacional

A estrutura ocupacional é onde se manifestam com mas clareza as mudanças. A população ativa tem uma estrutura dual, aproximadamente a metade tem uma ocupação estável e protegida, enquanto que a outra metade se move entre a desocupação, o trabalho temporário, e a ocupação sem segurança legal nem proteção sindical. Todo isso tem uma influência direta nas rendas dos trabalhadores.

Neste contexto aparece a pergunta sobre Por que cresceram taxas de desemprego? Giddens (1992:541), indica a combinação de diversos fatores como: a competência internacional de indústrias¹⁶; a recessão econômica causada “crise do petróleo” em 1973; o crescente uso da

¹⁵ O conceito de estrutura social tem sido um dos mais discutidos nas ciências sociais. Para esclarecer o debate se realiza uma reflexão teórica que nos permite compreender e estudar a complexidade da estrutura social, entendida como uma forma não estática e que por sua vez ultrapasse o reducionismo econômico nos estudos sobre a estrutura social que se utilizava normalmente. Na interrelação entre a estrutura social e as políticas sociais confluem uma enorme quantidade de variáveis como a conflitividade das sociedades e os contextos socioculturais.

¹⁶ En 1947, el 60% de acero mundial se producía en los EUA. Mientras que en 1980, sólo el 15% se produce en los países industrializados, el resto es producido por otros países del tercer mundo.

micro eletrônica, com a conseguinte redução densidade mão de obra; as mulheres procuram trabalho. Há mas pessoas que procuram.

De forma um tanto aventureira, alguns peritos indicam inclusive como Jeremy Rifkin (1996), no fim do trabalho. Novas tecnologias contra postos de trabalho: o nascimento de uma nova era, vaticina o advento de uma “terceira revolução industrial”. Esta revolução comporta novos trabalhos como as novas tecnologias da informação e das telecomunicações e um espetacular crescimento do Terceiro setor. Tão somente na Grã-Bretanha, existem 350.000 organizações de voluntários, as quais representam uns ganhos de 4 por cento do Produto Interior Bruto, nas quais 39 por cento som cidadãos voluntários. na França são 43.000 organizações.

Caso 1.

En España, en el año 2000, el gobierno aportaba: 2.241.938 contratos laborales. No obstante, solamente 284.709, es decir, el 12,7 fueron contratos indefinidos. El 87,3 fueron temporales, el 18% de menos de un mes de duración. En Cataluña los contratos de obra y servicio fueron del 59,12 del total de la contratación.

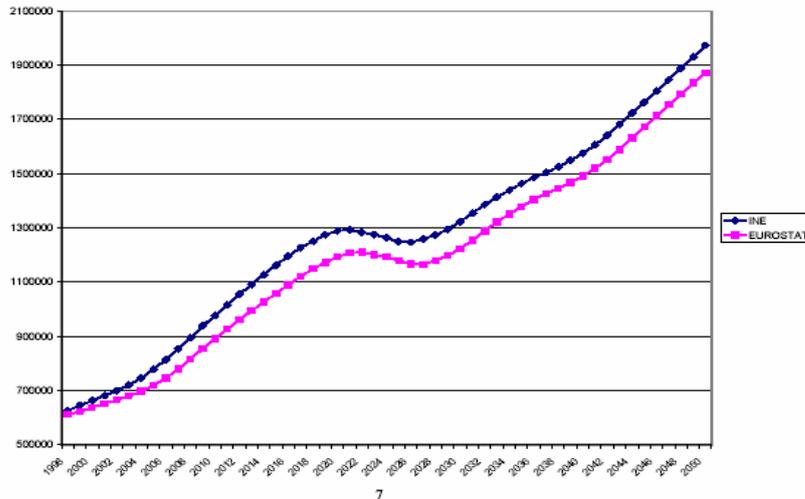
d) Mudanças na desigualdade entre homens e mulheres

O trabalho assalariado pressupõe um sistema de suporte de trabalho domestico no qual predomina um padrão de divisão sexual no que a mulher cumpre funções reprodutivas sem nenhum tipo de valoração social. Esta realidade tem de uma vez, A conduzir para experiências desiguais entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho.

e) Mudanças demográficas

Uma característica da população é seu envelhecimento. O envelhecimento es una fonte de gasto social importante. Seus efeitos mas sérios sobre o sistema de pensões e os gastos sócio-sanitários, far-se-ão visíveis à segunda metade do século XXI.

Figura 3. Población mayor de 65 años en el futuro según estudio del BBVA



Fonte: Lluís Flaquer, Elisabet Almeida, Lara Moreno. *Monoparentalidad e infancia*. Barcelona, 2005.

Caso 2.

En España, el **envejecimiento de la población**, aumentará considerablemente las necesidades asistenciales por cuanto es de esperar un momento cuantitativo de esta población con una obligada atención que hasta ahora se ha dejado en manos de la familia. En la relación con las personas ancianas tenemos que el 3%, 175.000, están severamente limitadas en sus capacidades, y algo más de 600.000 tiene dificultades para realizar la tarea doméstica. Un 65,5% han consumido una medicación en las dos semanas anteriores a encuestas, la mayoría con receta médica de varios productos, lo que incrementa considerablemente el gasto farmacéutico. Los enfermos crónicos habituales forman un grupo importante de los pacientes que está incrementado considerablemente la demanda de una atención que en ocasiones sobrepasa la capacidad de la medicina por necesitar otras especializaciones. Forman diversas asociaciones a nivel nacional e internacional con las que hay que contar.

el
de
el

Cuadro 1. Concepción del Estado y ámbitos de actuación

Concepcion del Estado y ambitos de actuacion

Tipologia	En lo político	En lo económico	En lo social
	Estado de Bienestar	Intervencionismo	Asistencialismo
Antigua Concepción del estado	Instrumentos: Constitucionalismo social	Subsidios y empresas públicas	Políticas sociales activas
	Características: Estado gigante y burocrático	Gasto Público como distribuidor de intereses	Estado paternalista
Nueva concepción del Estado	Instrumentos: Reforma del Estado	Privatizaciones y promoción de la Iniciativa privada	Desarrollo del Tercer Sector (ONG)
	Características: Estado restringido a funciones específicas	Eficiencia en el manejo de los recursos públicos	Mayor eficacia en el planteo de soluciones sociales

f) Mudanças da família

Outra fonte de gasto social é a incorporação da mulher no mercado de trabalho e a debilitação das formas tradicionais da família. O incremento do número de pessoas maiores solitárias e de famílias monoparentais são uma fonte de gastos para o estado. Isto ainda é menor que em outros países europeus.

Os Estados de bem-estar aumentaram constantemente suas prestações nas áreas de desemprego, aposentadoria, educação, sanidade, políticas sociais. Nas duas últimas décadas, pôs-se em evidência a necessidade de envolver aos atores coletivos na confecção das políticas sociais. Sua importância e a necessidade de que estes participem ativamente na configuração das políticas sociais, manifestou-se inclusive nas instituições e organismos internacionais. Aparece, pois, como uma necessidade a busca de fórmulas e instrumentos que permitam uma participação real dos diferentes atores sociais na configuração, gestão e realização das políticas sociais propostas pelos respectivos governos.

Tabela 3:**Tasas de riesgo de pobreza infantil y adulta y ratio entre ellas**

Selección de países europeos, 2003

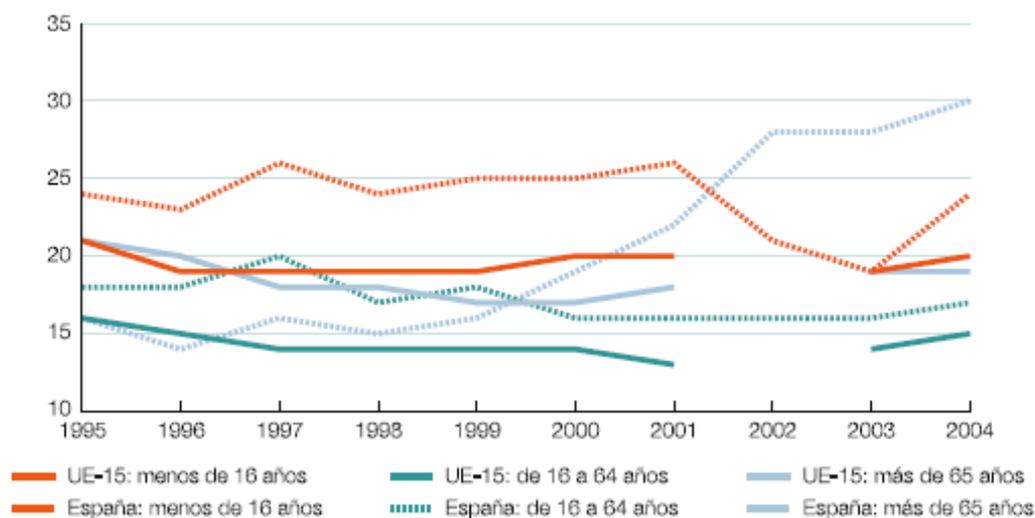
	INFANTIL	ADULTA	RATIO
UE-25	19	14	1,36
UE-15	19	15	1,27
Nuevos Estados miembros	20	13	1,54
Bélgica	16	15	1,07
República Checa	15	7	2,14
Dinamarca	9	12	0,75
Alemania	20	14	1,43
Estonia	20	18	1,11
Grecia	23	21	1,10
España	19	19	1,00
Francia	15	11	1,36
Irlanda	22	21	1,05
Italia	26	18	1,44
Chipre	11	16	0,69
Letonia	19	16	1,19
Lituania	17	14	1,21
Luxemburgo	12	10	1,20
Hungría	17	11	1,55
Holanda	18	11	1,64
Austria	16	13	1,23
Polonia	23	15	1,53
Portugal	23	21	1,10
Eslovenia	9	10	0,90
Eslovaquia	30	19	1,58
Finlandia	10	12	0,83
Suecia	11	11	1,00
Reino Unido	22	17	1,29
Bulgaria	18	14	1,29
Croacia	16	19	0,84
Rumanía	22	16	1,38
Turquía	34	22	1,55
Noruega	8	12	0,67

Nota: Los datos para Italia, Portugal y Suecia corresponden a 2004.
Fuente: Elaboración propia con datos de Eurostat.

Fonte: Flaquer; Almeida; Moreno. Monoparentalidad e infancia. Barcelona, 2005.

Tabela 4:**Evolución de las tasas de riesgo de pobreza por grupos de edad**

España y UE-15, 1995-2004



Fonte: Flaquer; Almeida; Moreno. Mono parentalidad e infancia. Barcelona, 2005.

6. AS TEORIAS DE CRISE E REESTRUTURAÇÃO

Nos países da Europa ocidental, a “crise” e reestruturação é detectada e diagnosticada por diversos autores (HABERMAS, 1976; OFFE, 1985; CASTELLS, 1997:18) de diferentes formas a finais da década dos anos setenta, enquanto que nos países do Sul da Europa, - Espanha, Portugal e Grécia- esta crise aparece em um momento histórico de implantação de regimes democráticos, e da extensão dos serviços sociais.

O Estado de bem-estar desenvolveu uma série de serviços e atuou que esta forma durante quase quatro décadas, em um período de crescimento econômico sem precedentes, assegurando o nível de vida de amplos setores da população e os correspondentes serviços básicos como a saúde, a educação, as pensões, e a sua vez incentivando o mercado e a produção dentro de um amplo consenso entre todos os agentes e as diferentes força sociais, como as partido social democratas e o movimento operário. No âmbito das relações internacionais, impulsionou a paz e um entendimento entre os povos.

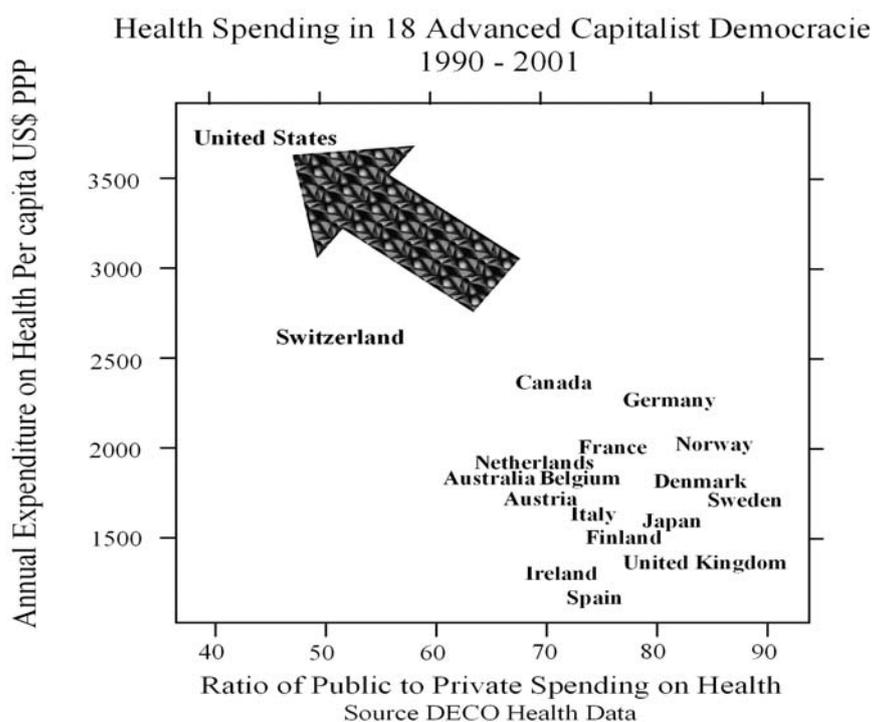
a partir da crise econômica de meios da década dos ânus setenta, detecta-se um questionamento e uma atitude de desconfiança sobre a eficiência do Estado de bem-estar. Esta desconfiança provém tanto por parte dos governos como por parte dos cidadãos. Esta crise se

diagnosticou a partir de duas teorias diferentes: a teoria da “sobrecarga do Estado”, e a teoria da “crise de legitimação”.

Definiremos, em primeiro lugar, em que consiste esta crise (CASTELLS, 1997:180):

- a) Crise orçamentária das finanças públicas, derivada da distância crescente entre a capacidade contributiva e as obrigações redistributivas do sistema.
- b) Crise da competitividade econômica, ao incrementarem-se os custos trabalhistas como consequência da competitividade global.
- c) Crise de legitimidade, derivada da perda de apoio sindical e político ao Estado de Bem Estar e enfraquecimento dos sindicatos e partidos políticos.

Figura 4. Gastos en el área de salud en las democracias capitalistas avanzadas



Fonte: Michael Goldsmith, David Gladstone, 2005.

A teoria da “sobrecarga do Estado” (NORDHAUS, 1975) aponta para uma saturação dos serviços – e dos gastos- nas prestações de serviços sociais. Os partidos políticos no poder realizaram uma série de compromissos com o eleitorado, que mas tarde, uma vez no poder, viram-se incapazes de cumprir. A consequência direta seria um aumento dos votantes céticos

frente às demandas crescentes do governo. Os partidos social-democratas e o movimento sindical teriam retirado paulatinamente seu apoio Aos governos, impulsores destas medidas.

Tabela 5. Setor Informal do mercado de trabalho conforma deferentes critérios previdenciários

Setor formal 1 (contribuintes da Previdência)	1980	1991	2000	2004
1. Empregados com carteira assinada	43,8	42,1	30,9	29,5
2. Autônomos contribuintes	6,6	6,0	4,3	2,9
3. Funcionários públicos contribuintes	3,4	2,9	4,8	6,0
4. Empregados contribuintes	1,8	2,5	1,8	2,2
Sub-total (1+2+3+4) – Setor informal 1 (contribuintes da previdência)	55,6	53,5	40,0	42,8
5. Segurados especiais potenciais	-	-	9,3	8,9
6. Sub-total 2 (Sub-total 1 + Item 5) Segurados da previdência	55,6	53,5	51,1	51,7

Fonte: Censo demográfico do IBGE (1980, 1991 e 2000) e PNAD-IBGE:2004. Elaboração (IPEA-DISOC)

Tabela 6. Setor Informal (Não segurado pela previdência) Principais categorias em % da PEA (2004)

	Total %	H	M
1. Trabalhadores por conta própria não agrícolas e não-contribuintes	11,8	8,1	3,7
2. Desempregados procurando emprego	8,9	6,0	5,0
2.1 Outros procurando emprego sem contribuir com a Previdência	3,7	3,9	2,3
3. Trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho	21,5	11,9	10,2
3.1 Rurais (3,44)			
3.2 Urbanos (18,01)			
Sub-total (1+2+3) não segurados	48,20	28,1	20,1

Fonte: PNAD-2004 (IPEA-DISOC)

Cuadro 2. La transformación del contexto del estado del bienestar

La transformación del contexto del Estado del bienestar

	Estado del bienestar	“Crisis” del EB
Esfera económico-productiva	-crecimiento económico -keynesianismo -producción y consumo en masa -mecanización -monoproducción y racionalización -seguridad laboral y mano de obra cualificada -RIGIDEZ	-crisis económica -políticas de oferta Diversificación -nuevas tecnologías y planificación estratégica -descentralización -precarización y especialización de la mano de obra -FLEXIBILIDAD
Esfera social	-división clases -homogeneidad -partidos, sindicatos y patronal -domesticación del conflicto -PASIVIDAD	-fragmentación social Diversificación demandas -nuevos movimientos sociales -dualización -CONFLICTO
Esfera político-ideológica	-representatividad -consenso social-demócrata Intervencionismo burocratización	-nueva cultura política -repolitización -desregulación -crisis burocrática

Por outro lado, a “crise de legitimação” defendida basicamente pelo Jürgen Habermas (1976), e pelo Claus Offe (1985), aponta também a uma sobrecarga das prestações realizadas quando a empresa privada não quer as realizar. As consequências são diferentes para os governos. A retirada do apoio e o desencanto por parte da população, especialmente por parte das classes médias, posto que estes setores são os que mais contribuem mediante impostos a seu financiamento e, a sua vez, são os que recebem seus benefícios em menor medida, frente aos políticos, foi enorme. Este fator explica o surgimento de movimentos e de grupos de direitas por parte de setores sociais da população com rendas superiores.

O problema de interpretação da crise consiste em dispor de um quadro capaz de oferecer uma visão das dificuldades do Estado de bem-estar. Isso nos permitirá captar a aparição das contradições, de uma vez que nos oferecerá um diagnóstico do esgotamento ou não deste modelo. Diferentes autores contribuem com diagnósticos sobre as múltiplas causas principais que explicam o crescente questionamento do Estado de bem-estar:

- a) a suposta ineficiência produtiva do setor público.
- b) a influência negativa das cotações sociais sobre a competitividade das empresas.

- c) a incompatibilidade do Estado de bem-estar com as políticas de desregulação do mercado de trabalho.
- d) o fim do compromisso multipartidista na manutenção das políticas sociais.

Por outro lado, Preuss (1988) menciona como causas: dificuldades de financiamento dos gastos sociais, denúncia do esbanjamento, atrofia e crescimento administrativo, ineficiência do setor público, ingovernabilidade do sistema político (PIERSON, 1991)¹⁷.

Finalmente outros autores (GARCIA HERRERA, 1994:140) destacam os aspectos dinâmicos desta “crise”. Com esta reestruturação, tem lugar o auge do “Terceiro Setor” e, especialmente, das Organizações Não Governamentais (ONG)¹⁸, aspectos que se analisam no seguinte afastado.

6. PARA UM ESTADO “PÚBLICO-PRIVADO-MIX”

A começos da década dos noventa aparece um novo modelo de configuração de Estado que põe em questão suas tradicionais responsabilidades. O denominado “publico privado-mix” aparece como um tipo de estado que se generaliza na maioria de países europeus. As diferenças sociais se vêem correspondidas com a institucionalização concreta do Estado do bem-estar, aparecendo duas dimensões diferenciadas:

- Desenvolve-se um tipo de “público-privado-mix” (SPICKER, 1993), “Sociedade do bem estar”. Estas hipóteses referem-se à existência de redes organizativas, financeiras e jurídicas e a diferenciação entre os atores públicos e privados de serviços.
- “Estado de bem obrar” (CASTELLS, 1997:184-189). Castells parte da hipótese de que o processo de recomposição pode dar-se nas zonas de máximo contato entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, nos governos locais e regiões. Para isso propõe uma serie de eixos de “produtividade e recomposição do tecido social”¹⁹.

¹⁷ Referente a o Estado social, PIERSON, aponta como: perdulário, improdutivo, ineficiente, inefetivo, despótico, negação das liberdades individuais, e susceptível á corrupção.

¹⁸ SALAMON asigna NPO (*Non Profit Organizations*): Organizações da Sociedade Civil de Interesses Público (OSCIPs) Lei das Organizações Sociais (OS).

¹⁹ Como medidas principais propõe:

1. Intervenção estratégica do Estado sobre as condições sociais da produtividade, mediante ações sobre os sistemas de educação e formação.

-
- A extensão da descentralização e o denominado comunitarismo dos serviços sociais e de todos os campos e áreas do Estado do bem-estar.

As evidências mostram a inclinação dos Estados de bem-estar keynesiano (EBK) pelo tipo de “público-privado-mix”, fórmula que em determinadas áreas como a saúde suporta importantes recortes orçamentários e em consequência de prestações sendo questionada pelos atores sociais. Três elementos caracterizam esta perspectiva e assinalam o caminho do Estado social a “Sociedade do bem-estar”:

- O Estado retrocede claramente de seu atual rol de prevenção e prestação de serviços, criando com isso espaço para as alternativas que se concretizam na oferta de serviços proveniente tanto do chamando terceiro setor (incluindo empresas com ânimo de lucro), como do setor privado.
- Este ponto de vista teórico se apóia nas *ressource* ou capacidades que têm tão individualmente cada pessoa como a sociedade em sua totalidade, e esquece totalmente os déficits que tanto a sociedade como as pessoas tem. Sirva de exemplo no âmbito trabalhista, as possibilidades de formação e de reciclagem individual, esquecendo aspectos como a situação de discriminação por gênero ou a capacidade que tem uma sociedade para adaptar-se ou não as rápidas mudanças.
- Isto exige uma expansão mais ampla do mercado, mais competência e uma política social e uns serviços orientados ao cliente e ao destinatário. Embora todos os pontos de vista reconhecem a necessidade de orientar os serviços ao destinatário, o elemento que aparece problemático faz referência aos aspectos que se tratam a mercantilizar.

A respeito, Claus Offe constata que: “a triade negociação-regulação burocrática-compromisso livre com a comunidade”, configura e completa uma série de alternativas e propostas das sociedades complexas. Em outra linha interpretativa, tenta-se destacar os aspectos dinâmicos desta crise e reestruturação, do Estado (EBK), contexto no que se produz o auge do “Terceiro setor” e, especialmente, das Organizações Não Governamentais (ONG). O auge e

-
2. A reforma do emprego e do trabalho, procedendo a uma redução ordenada das horas de trabalho.
 3. Uma nova política para a velhice e o ciclo de vida, como eixo central de uma nova política social.
 4. Necessidade de eleição entre aumento do protecionismo ou um Pacto Global.
 5. A relegitimização das instituições de solidariedade, a partir de sua descentralização.
 6. Ampliação dos mecanismos de solidariedade à sociedade civil.

desenvolvimento deste tipo de associações e o papel das instituições foram analisado a partir das lógicas economicistas (CARLOS MONTAÑO, 2002), e político-sociológicas (HANSMANN, 1987; LYONS, 1993; HOOD E SCHUPPERT, 1988).

8. OS MODELOS E REGIMES DE ESTADO DE BEM-ESTAR NA ATUALIDADE

Contrariamente a estendida opinião de caráter funcionalista de que a modernização da sociedade comporta uma convergência dos sistemas da segurança social, a investigação comparativa sobre os Estados de bem-estar se centra na análise de aspectos como:

- Os diferentes grupos e constelações políticas e os fins de agrupamentos como movimentos sociais, partidos políticos e associações.
- A dinâmica institucional, a análise da seletividade e da auto-referência dos complexos sistemas sociais.
- O desenvolvimento histórico, as decisões mais importantes e os processos de aprendizagem coletivas nos diferentes países.

Dentro das variações internacionais de direitos sociais, e de formas de estratificação do bem-estar, aparecem diferentes modelos qualitativos que se podem agrupar segundo o tipo de regime:

- No Estado de bem-estar social-democrata, originado e estendido a partir de um movimento operário muito forte, especialmente na Suécia, Noruega e Dinamarca, oferecendo uma prevenção e assistência social universal de um nível qualitativo muito alto. Neste tipo de Estado, os direitos do cidadão constituem a base de suas demandas. As políticas de plena ocupação e de serviços sociais são as mais desenvolvidas e estendidas, garantindo um elevado e estável nível de igualdade social. Paralelamente ao nível de extensão e de universalização, aparece a necessidade de um financiamento contínuo e de intervenção maciça por parte do Estado, aspectos que se agravaram nos últimos anos pelo aumento dos protestos sociais ao aumento contínuo de impostos e a evasão de capital para outros países. Estes fatores conduziram a que o chamado “modelo sueco” de Estado de bem-estar tenha perdido atrativo como referente internacional.
- O Estado de bem-estar liberal. Neste tipo de estados se encontram países como o EUA, Canadá, Austrália, e a Grã-Bretanha. Estes países se caracterizam pelo rol central que tem a economia de livre mercado, conjuntamente com o papel da família, e

nos que o movimento operário tem um papel pouco importante. Os direitos para exigir prestações sociais não são muito elevados, posto que são examinados de forma individual segundo as necessidades individuais, sendo as prestações mínimas, e estando muito vinculadas além do preconceito social dos que as pessoas que recebem tais prestações. Nos países de capitalismo avançado em geral, domina o modelo de obrigação institucionalizada do trabalho assalariado. Nas etapas de ciclos económicos de crise ou de crescimento zero, a pobreza se estende grandemente nestes países.

- O modelo conservador. Este modelo de Estado se desenvolveu em países como Áustria, França, Itália e Alemanha e intervém de forma forte, e oferecendo prestações económicas importantes, embora limitadas de forma temporária, e em alguns casos, com uma concepção de carácter paternalista, e dominadas pelas elites nacionais. Na tipologia conservadora os direitos sociais se encontram fortemente vinculados na classe social e o status social dos destinatários, tendo, como consequência, que as desigualdades sociais se mantenham relativamente elevadas, e aparecendo a tendência a segmentação social. Exemplo disso o constituem os operários com emprego estável e os que não têm emprego estável ou se encontram ao limite da pobreza. Para estes setores da população, a oferta de serviços sociais, sejam de carácter público ou privado, é mínima, sendo o coletivo das mulheres o mais afetado por esta situação.

Cuadro 3. El Estado del bienestar desde la perspectiva de la globalización y la crisis económica

	Estado de bienestar Liberal	Estado de bienestar conservador	Estado de bienestar socialdemócrata
Estrategias de solución de políticas sociales y de trabajo	Flexibilización y expansión del mercado de trabajo	División de la sociedad en un centro (productivo) y una periferia precaria	Extensión de los servicios públicos, flexibilidad controlada
Límites y contradicciones del desarrollo	Aumento de la pobreza “ <i>working poor</i> ” y desintegración social	Modernización de los déficit (sociales y económicos)	Problemas de financiación (protesta sobre los impuestos, fuga de capitales)

Fonte: Schmidt, (1998), *Vom Sozialstaat zur Wohlfahrtsgesellschaft*, p. 29.

A partir do modelo do Esping-Andersen o qual estabelece um vínculo entre a política trabalhista e os Estados do bem-estar, têm de cara ao futuro desenvolvimento um rol central as

crises econômicas e as conseqüências da globalização. O “economicismo” desenvolvido nos países com um Estado de bem-estar de tipo conservador, dissimula e pretende apagar as exigências de caráter social, cultural e políticas do Estado social além das possíveis linhas de conflito e propostas de reforma.

As diferenças sociais se vêem correspondidas com a institucionalização concreta do Estado do bem-estar, aparecendo duas dimensões diferenciadas:

- desenvolve-se um tipo de “público-privado-mix”, que se concretiza na existência de redes organizativas, financeiras e jurídicas e a diferenciação entre os atores públicos e privados de serviços.
- A extensão da descentralização e o denominado comunitarismo dos serviços sociais e de todos os campos do Estado do bem-estar.

A partir destas duas dimensões, aparecem as controvérsias e críticas. No caso concreto da Alemanha, sobre a forma como se tem que articular as associações de ajuda mútua e os movimentos sociais também de ajuda mútua. Segundo sua extensão, aparecem diferentes condições e oportunidades para uma abertura e uma complementação do Estado social para uma sociedade do bem-estar.

PARA UMAS CONCLUSÕES APROXIMADAS

Alguns autores vaticinam o advento da “Sociedade do bem-estar” (DETTLING, 1995, SCHMIDT, 1998), afirmando que as sociedades com um Estado social se encontram no caminho para uma “Sociedade do bem-estar”. Nas sociedades modernas de capitalismo avançado, diferentes setores participam da produção de bem-estar. Paralelamente ao Estado e ao mercado, aparece outro campo de difícil definição como é o “campo intermédio” ou também denominado “terceiro setor”. Trata-se de um espaço no que se desenvolvem iniciativas sociais, projetos, e associações de todo tipo com uma finalidade pública, e no que são essenciais o apoio e prestação de ajuda da família e das relações de vizinhança.

Aparecem evidentes o rápido aumento dos processos de individualização e de pluralização das formas de vida, das necessidades, e da mesma heterogeneização da sociedade. Neste contexto, os serviços sociais se têm que dirigir a uma maior pluralidade de oferta, contendo aspectos e dirigindo-se para uma maior autodeterminação dos destinatários como constataam diversos estudos (OTTO, 1990).

Os apologistas da “Sociedade do bem-estar”, assinalam a capacidade para resolver os problemas traçados por parte das “instituições intermédias” e por parte dos pequenos mundos de vida”. Esta proposta de solução de caráter comunitário aparece mais produtiva, além de vincular A os cidadãos e à manutenção da sociedade em sua totalidade.

Para reduzir a pobreza é necessário dispor de umas políticas sociais adequadas que analisem corretamente todos os atores, a situação de cada um, as relações entre eles, a ação econômica, mercantilizadora e política dos atores que formam parte da estrutura social, aspecto já constatado por diversos cientistas sociais latino-americanos (NOVA; RESTREPO; 1995, AVELINO FILGUEIRA, 1995; HUBER, 1995; ESPERANÇA LAMAS, 1997; BINEFELD, 1997).

As sociedades atuais avançadas, marcadas por um elevado grau de complexidade, e "poliárquicas", como é ou caso do Brasil, são sociedades em que as decisões coletivas são tomadas a partir das negociações, e a partir do diálogo social e do consenso entre os diversos atores. Quando uma sociedade se encontra confrontada com fenômenos e problemas que afetam a um elevado número de cidadãos, como é ou caso de quase 50 milhões de cidadãos, é necessário à revisão do contrato social existente.

Nas duas últimas décadas, pôs-se em evidência a necessidade de envolver A os atores coletivos na confecção das políticas sociais. Sua importância e a necessidade de que estes participem ativamente na configuração das políticas sociais, manifestou-se inclusive nas instituições e organismos internacionais. Neste sentido, o Seminário Internacional *Reforma a Política Social na América Latina: Resultados e Perspectivas*²⁰:

Para finalizar, sintetizo uma série de propostas, já esboçadas pelo cientista social Tomassini (1993), sobre a relação que seria necessária estabelecer de forma continuada entre o Estado, sociedade civil e economia:

- Incorporação na própria sociedade civil de mecanismos aptos para formação de maiorias ou consensos.
- Fortalecimento da liderança na sociedade civil e na política.
- Fortalecimento da cidadania; âmbitos e mecanismos mais apropriados para fazê-lo.
- Redistribuição de funções entre o estado e a sociedade civil organizada: alternativas, modalidades e experiências conhecidas.

²⁰ Washington, 11 y 12 de mayo 1999, Banco Interamericano de Desarrollo.

- Redistribuição de responsabilidades entre o estado e o mercado, com ênfase no papel do setor privado, e no encargo das correspondentes responsabilidades por parte deste.
- Formação e robustecimento de mecanismos políticos e sociais que favoreçam a informação, a negociação e o dialogo na sociedade.

Referências

ANISI, David. Creadores de escasez. Del bienestar al miedo. Madrid, Alianza editorial, 1998.

ARRECHE, Marta. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte americana. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n.4 p. 32-44, 2001.

ALFREDO GUIMARAES, Sergio. “Operários e mobilidade social na Bahia –análise de uma trajetória individual”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.2, junho 1993.

ÁVALOS, Roberto. Innovación de la Gestión Pública: Análisis y Perspectiva. Edición internet. Data consulta: 30/8/2004.

AVELINO, G. FILGUEIRA, F. “Democracia, Ciudadanía y Políticas Sociales en el Cono Sur Latinoamericano”, en: Alcántara y Crespo (eds.) *Los Límites a la Consolidación Democrática en América Latina*. Ediciones Universidad de Salamanca. Salamanca. 1995.

BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. Apoyo a la reforma en la prestación de servicios sociales. Una estrategia. Washington DC. 1996.

BARÁIBAR RIBERO, Ximena. “Algunas vinculaciones entre los procesos de exclusión social y los cambios en el mundo del trabajo”. In: *Serviço Social & Sociedade*. Num. 65. São Paulo. Cortez, março 2001,

BARROSO DE CASTRO, Alba Tereza. “A Questão social no Brasil: um panorama do governo Lula”, in: *Agora*, ano 1, n. 2 julho de 2005. Rio de Janeiro.

BATISTA MACIEL, Carlos Alberto. “A família na Amazônia: desafios para a Assistência Social”, in: *Serviço Social & Sociedade*, ano XXII, n. 71. 2002, p. 122-138.

BANDEIRA, Lourdes Maria “Divisão sexual do Trabalho. Práticas Simbólicas e práticas Sociais. In: SIQUEIRA, (org.) *Relações de Trabalho, Relações de Poder*, Editora Unb, 1997. p. 155-175.

Beck, Ulrich (1997), ¿Qué es la globalización?. Falacias Del globalismo, respuestas a la globalización. Ed. Paidós, Barcelona.

BELL, Daniel. El advenimiento de la sociedad postindustrial. Madrid, Alianza. 1973.

BELFIORE, WANDERLEY, Mariângela. “Refletindo sobre a noção de exclusão” In: *Serviço Social & Sociedade*, n. 55. São Paulo. Cortez, 1996.

BERING, E.R. Política social no capitalismo tardio. São Paulo, Cortez. 1998.

BONAMUSA, Margarita; VILLAR, Rodrigo. “Estructura de Oportunidades Políticas y Advocacy: Elementos para un Modelo Político del Tercer Sector, Ponencia presentada al primer Encuentro para la Red de Investigaciones sobre el Tercer Sector en América Latina. Río de Janeiro, Abril-1998.

BOSCHETTI, Ivanete. Asistencia Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo. Brasília, GESST, SER, Universidade de Brasília, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. “Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania?”, in: *Serviço Social & Sociedade*. Num 79, 2004.

CARLOS NAVARRO, J. Community organizations in Latin America. Washington D.C Inter-American Bank-IESA, 1994.

CASTELLS, Manuel. La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura. Vol. 2, El poder de la identidad. Madrid, Alianza Editorial, 1999.

CASTIÑEIRA, Angel. “De l’Estat del benestar a la societat del benestar”, in: Forúm, Revista d’Informació i Investigació Socials. Barcelona, n. 3. octubre, 1995, p. 4-10.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. A Questão Social no Brasil. Crítica do discurso político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.

CHEIBUB, José Antonio. “A Expansão do Setor Público na América Latina: Uma Análise Comparada”, in: *DADOS. Revista de Ciências Sociais*, vol. 33, núm. 3, 1990.

CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. *La globalización y sus crisis. Interpretaciones desde la economía crítica*. Madrid, Libros de la catarata, 2002.

COELHO, Maria Célia; CASTRO, Edna; MATHIS, Armin; HURTIENNE, Thomas (org.). *Estado e Políticas Públicas na Amazônia. Gestão do Desenvolvimento Regional*. Belém, Cejup, 2001.

COUTO, Cláudio; ARANTES, Rogério. *A Constitucionalização das Políticas no Brasil: Implicações para o processo de governo*. São Paulo, (s.d.).

DETLING, Wanfried. *Politik und Lebenswert. Vom Wohlfahrtsstat zur Wohlfahrts-gesellschaft*, 1995.

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. “A trágica condição da Política Social”, in: HENRIQUE ABRANCHES, Sérgio; DOS SANTOS, Wanderley; COIMBRA, Marcos Antônio. *Política Social e Combate à Pobreza*. São Paulo, Jorge Zahar Editor. p. 33-63.

DRAIBE, Sonia. “As políticas sociais nos anos 90”, in: BAUMANN, R. *Brasil: uma década e transição*. Rio de Janeiro, Campus. 1999.

DRAIBE, Sonia; HENRIQUE, Wilnés “Welfare State’, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 6, fev. 1988.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Los tres mundos del Estado del Bienestar*. Valencia, Edicions Alfons el Magnánim, 1993.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. “Welfare States and the Economy”, in: SMELSER & SWEDBERG (ed.) *The Handbook of Economic Sociology*. Princenton, Princenton University Press, 1994.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Fundamentos sociales de las economías postindustriales*. Barcelona, Ariel. 2000.

FILGUEIRA, Fernando. Tipos de welfare y reformas sociales en América latina. Eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada. Guadalajara 1997.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL 2000. Informe Anual. 2001.

FLEURI, S., MOLINA, C.G. Modelos de protección social. Washington D.C., INDES- Banco Interamericano para el Desarrollo, 2000.

FLEURI, Sonia. “Reforma del Estado”. In: Revista de Administração Publica, n. 35, v. 5, p.7-48, set/out, 2001.

FILGUEIRA, Fernando, Tipos de welfare y reformas sociales en América Latina. Eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada. Guadalajara, 1997.

FLAQUER, Lluís, ALMEIDA, Elisabet, MORENO, Lara. Monoparentalidad e infancia. Colección Estudios Sociales, n. 20, La Caixa, Barcelona, 2005.

FLEURY, Sônia. “A seguridade inconclusa”, in: INESC. A era FHC e o governo Lula: transição? Brasília, INESC, 2004.

GARCIA PELAYO, M. Las transformaciones del Estado contemporáneo. Madrid, Alianza Universidad, 1986.

GOLDSMITH, Michel; GLADSTONE, David. Road Map to Reform: Health. Adam Smith Institute, 2005.

GARCIA DELGADO, Manuel. Cambios actuales en el mundo del trabajo y la nueva cuestión social en América Latina. Buenos Aires, Konrad Adenauer Stiftung, 2007.

GARRETÓN, M.A. Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina. CEPAL-ECLAC. Santiago de Chile, 2001.

GIDDENS, Anthony. Central Problems in Social Theory. Macmillan, 1979.

GIDDENS, Anthony. El capitalismo y la moderna teoría social. Barcelona, Ed. Labor. 1994.

GINER, Salvador; SARASA, Sebastián. Buen gobierno y política social. Barcelona editorial Ariel, 1997.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. El estado en América Latina. Teoría y Práctica. México, Universidad de las Naciones Unidas, Siglo XXI, 1990.

HABERMAS, Jürgen. Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus. Frankfurt Suhrkamp. 1977.

HUBER, E. "Options for Social Policy in Latin America. Neo-Liberal versus Social Democratic Models. Discussion Paper, United Nations Research Institute for Social Development, 1995

IPSEN, H.P. Europäisches Gemeinschaftsrecht. 1972.

JARQUIN, E.; CALDERA, A Programas sociales, pobreza y participación ciudadana. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo., 2000.

KLIGSBERG, Bernado. Pobreza. Un tema Impostergable. Nuevas respuestas a Nivel México, Mundial. Fondo Cultura Económica, 1999.

KLIGSBERG, Bernado. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

KLIGSBERG, Bernardo. "Repensando el Estado para el Desarrollo Social mas allá de dogmas y convencionalismo ". UBA, 1997.

LECHNER, N. La crisis del estado en América Latina. Caracas, 1977.

LESBAUPIN, I. (Org.), O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARSHALL, T.H. “Cidadania e classe social”. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARSHALL, Th. H. Social Policy in the Twentieth Century. Londres, Hutchinson, 1975.

McCARTHY Y ZALD. (Eds.) “Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory”, in: Mayer N.ZALD; MCCARTHY, J. Social Movements in an Organizational Society, Nova Brunswick, NY-Oxford, Transaction Books, 1987.

MEDELLIN TORRES, Pedro, La política de las políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad. Santiago de Chile, CEPAL, julio, 2004.

MINGIONE, Enzo. Las sociedades fragmentadas. Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1993.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social, 2004.

MIRANDA, Sérgio. “Reforma da Previdência: Mudança de modelo e desmonte do estado” in: MORTHY, Lauro (org.). Reforma da Previdência em questão. Brasília, Ed. UnB, 2003.

NAVARRO, J.C. Community Organizations in Latin America. Washington D.C Inter-American Development Bank, 1994.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Cidadania, crise e reforma democrática do Estado”. In: *Perspectivas*, num. 22. São Paulo. 1999.

NOVOA, E., RESTREPO, D. “Globalización y Estado-Nación: las políticas sociales de la nueva era”, en: *Estudios Políticos*. México, n. 8, 1995.

OFFE, Claus. Contradictions of the Welfare State. Londres. Hutchinson. [1984], (Ed. Castellano: Contradicciones en el Estado del Bienestar. Alianza Editorial, Madrid, 1988).

OFFE, Claus. Partidos políticos y Nuevos Movimientos Sociales. Madrid, Ed. Sistema, 1989.

OFFE, Claus. La sociedad del trabajo. Problemas estructurales y perspectivas de futuro. Madrid Alianza editorial, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. “Contra a corrente”, in: ELAINE ROSSETTI. Brasil em contra-reforma: Desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

PASTORE, José. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo. T.A. Queirós. 1979.

PEREIRA, Potyara “A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado”, in: *Serviço Social & Sociedade*, n. 73, ano 2003.

PIERSON, Christopher. Beyond the Welfare State?. Cambridge, Polity Press, 1991.

POLANYI, Karl. The Great Transformation. Boston. Boston Beacon Press. [1944]. (Trad. En castellano: La gran transformación. Crítica del liberalismo económico. Madrid, La Piqueta, 1989.

ROBSON, W.A. Welfare Staate and Welfare Society. Londres, Allen-Unwin, 1976.

RODRÍGUEZ CABRERO, G. “La crisis del Estado de Bienestar y la transición hacia una nueva reforma social”, in: *Temas para el debate*. Núm. 24, noviembre, págs. 34-40. 1996.

RODRÍGUEZ CABRERO, G. Estado de bienestar de dimensión público-privada. 2003.

ROJAS, M., DELGADO, A. (Comp.). Política Social. Desafíos y Utopías. Nuevas tendencias en política social. Santa fé de Bogotá, Pontificia Universidad Javeriana, 1997.

SANCHEZ, Jordi (Coord.) Aproximació a les reformes de l'Estat del benestar. Fundació Jaime Bofill, Barcelona, març 1996.

SCHMIDT, J. Vom Sozialstaat zur Wohlfahrtsgesellschaft¹, 998.

SPIKER, P. Poverty and social security. Concepts and principles. London, 1993.

SPOSATI, Aldaiza. “Gestão intergovernamental para o enfrentamento da exclusão social no Brasil”, in: WERTHEIM, Jorge; JOVCHELOVITCH, Marlova. Pobreza e desigualdade no Brasil. Brasília, UNESCO, 2004, p.177-199.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. Barcelona, Anagrama, 1973.

SUBIRATS, Joan (dir.) Pobreza y exclusión social. Un análisis de la realidad española y europea. Colección Estudios Sociales, n. 16, Barcelona, La Caixa, 2004.

TARROW, Sydney. Power in Movement. Social Movements, Collective Action and Politics. Cambridge University Press, 1994.

TITMUS, R. Essays on the Welfare State. London, Allen und Unwwin, 1958

TOMASSINI, Luciano, Estado, Gobernabilidad y Desarrollo. Washington, BID, 1993.

TOURAINÉ, Alain. La sociedad postindustrial. Barcelona Editorial Ariel, 1973.

SKIDELSKY, R. (Ed.). The End of the Keynesian Era. Londres, Macmillan, 1977.

UCHOA CAVALCANTI, Soraya Araújo. “Reforma do Estado e Políticas Sociais no Brasil”, in: *Serviço Social & Sociedade*, n. 68, novembro, 2001, p. 34-54.

VIANNA, Maria Lucia Werneck. “Reforma da Previdência: Missão ou oportunidade perdida?”. In: MORHY, Lauro (Org.) Reforma da Previdencia em questão. Brasília. Ed. UnB, 2003.

VIDAL, Josep. “La investigación de los movimientos sociales desde la Sociología y la Ciencia Política. Una propuesta de aproximación teórica”, In: *Papers. Revista de Sociologia*, Bellaterra, núm. 57. Págs. 257-272. 1999.

VIDAL, Josep. Políticas Sociales y Actores Colectivos. Estudio de casos: España y Alemania. Washington, DC, BID-INDES, 2001.

WALZER, M. “La idea de la sociedad civil”, In: *Debats*, Barcelona, núm 39, 1992.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. “A particularidade da questão social na América Latina”. In: *Serviço Social & Sociedade*, num. 76, ano XXIV, 2003, p. 37-57.

YAZBEK, Carmelita. “A política social brasileira nos anos 90: a refileantropização da questão social”. Cadernos ABONG. São Paulo, CNAS, ABONG. Serie especial – subsídios a Conferencia Nacional de Assistência Social, 1995.